



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2018

Ata n.º 13

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de cinco de junho, sendo a Mesa Composta por: -----
Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----
Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----
Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----
e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 23-04-2018; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Nissan e Mitsubishi, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Renault, incluindo serviços de reparação e manutenção até ao limite de 45.600,00€ + IVA;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de medicina do trabalho, prestados nominalmente por profissional habilitado;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do concurso limitado por prévia qualificação com publicação de anúncio no JOUE para aquisição de serviços de limpeza do complexo das piscinas municipais e de seis pavilhões, em Albufeira, pelo preço base de 314.000,00€ + IVA;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento por consulta prévia para "impressão de agenda cultural, boletim informativo e revista de Albufeira" pelo valor de 32.605,00€ + IVA;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca MAN e gruas da marca Palfinger, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 34.000,00, + IVA;-----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para "fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Toyota, incluindo serviços de reparação e manutenção", até ao limite de 43.200,00€ + IVA; ---



PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Mercedes, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 16.080,00€ + IVA;-----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Audi, Skoda e Volkswagen, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 19.680,00€ + IVA;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para execução da "empreitada para fornecimento e substituição de tampas da rede de águas residuais e pluviais" pelo preço base de 120.000,00€ + IVA; -

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público internacional para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira;-----

PONTO CATORZE: Tomada de conhecimento da informação dos serviços da câmara municipal relativamente ao pedido de atribuição de licença para central fotovoltaica - Paderne;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, da moção sobre os poderes da Assembleia Municipal.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Paulo Ricardo Palma da Encarnação Fernandes (membro suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), José Manuel da Bota Sequeira (PSD), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Ferreiras - Jorge Carmo, de Albufeira e Olhos de água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento e a Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne - Miraldina Gregório.-----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, Leonardo Manuel Teixeira Paço e Presidente a Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Paulo Fernandes e Miraldina Gregório.-----



Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----
Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de fazer dois reparos, dizer aos senhores membros da Assembleia Municipal que teremos de preencher umas novas fichas com os elementos, por causa do regulamento de proteção de dados, estamos a elaborar e durante a próxima semana iremos enviar a todos os membros. Ao público que vai intervir, que tomem nota, não só em respeito ao regulamento de proteção de dados bem como à própria lei e ao regimento da Assembleia Municipal, que os dados da vossa ficha de inscrição serão guardados e farão parte da ata e as vossas intervenções serão guardadas e reproduzidas na ata desta Assembleia Municipal."-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Pinto: "Sou um cidadão residente, mas venho como um pequeno empresário e como cidadão. Como sabem, as obras na Rua da Figueira e na Estrada Vale de Pedras já estão há oito meses. Faz, desfaz, faz desfaz. A minha pequena empresa faz quina no centro dessas obras. É uma escola de condução, já está a sofrer as consequências do pó, já tive de mudar alguns computadores, já tive de mudar projetor. Vinha fazer duas perguntas, quanto tempo mais vai demorar e porquê que param? Trabalham dois dias, param sete, param dez, param vinte, trabalham um dia, aparecem dois, uma crista cai, a máquina não tem documentos. Como cidadão vejo como é um local de passagem das pessoas que vêm das camionetas para a escola secundária já evitam ali passar. Esses são potenciais clientes da minha escola, já estou a ter prejuízo com isso. Nomeadamente crianças, estão ali buracos com um metro e tal de fundura, há muito tempo. O pó é imenso, fica aqui o meu testemunho e as minhas duas perguntas, quanto tempo mais vai demorar e quando acaba?"-----

Lino Aguiar: "A minha intervenção aponta para o ponto treze da ordem de trabalhos, relativamente ao concurso público de prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana. Estive a dar uma vista de olhos ao caderno de encargos e ao programa do concurso e pareceu-me um mau caderno de encargos e um mau programa de concurso, por várias razões que já vou dizer. Acho que é muito lesivo para os



interesses da autarquia e sobretudo para os cidadãos, que são os maiores lesados no meio disto tudo. Se há virtudes que tem este caderno de encargos e este programa de concurso é que realmente foi assumido que havia um problema na questão dos lixos. Durante a campanha disseram que não, não havia problema nenhum, havia várias críticas a dizer que havia mas o caderno de encargos e o programa de concurso vieram efetivamente dizer que havia aqui um problema e que era preciso resolvê-lo. Esse é um ponto positivo que o caderno de encargos aponta e o regulamento do concurso. O primeiro problema que me parece aqui é que está a porta aberta para qualquer empresa concorrer, diz aqui que todas podem concorrer desde que não estejam impedidas por lei, com ou sem experiência, com ou sem meios. O ponto fundamental é a questão dos meios, qualquer empresa que tenha ou não tenha meios está em condições de concorrer aqui porque lhe foi garantido, de certa forma, que estão garantidos um bolo significativo do concurso que são cerca de dez milhões de euros, para comprar carros, passo a citar, "novos a estrear". Não basta que sejam novos, têm de ser a estrear, até compreendia que tinham de ser novos a estrear se fosse algo que fosse para usufruto dos colaboradores da Câmara Municipal. Se comprassem fotocopiadores, computadores faria todo o sentido que estivéssemos a dar as melhores condições aos colaboradores e então teriam de ser novos. Parece-me que é limitativo da parte da concorrência estarmos a impor num caderno de encargos que têm de ser carros novos a estrear. Como cidadão, o que me preocupa e fico satisfeito é se tiver uma prestação de serviços eficaz e não estou preocupado, enquanto cidadão se a empresa que vai fazer a recolha do lixo e a higiene urbana se faz com carros novos ou usados. Aí a autarquia não tem nada a ganhar, aliás, só tem a perder. Este concurso não devia ser concurso público, devia ser um concurso com prévia qualificação, porque assim não abre a porta a qualquer empresa, há uma prévia seleção de candidatos em que é avaliada a competência técnica, meios logísticos, capacidade financeira para poder concorrer. Eu sou uma empresa que neste momento tenho cem carros parados e perdi o concurso na Bulgária e quero concorrer para aqui, estou impedido de concorrer para aqui porque me dizem que o concurso não pode ir abaixo dos quarenta milhões, mas eu tenho os carros e gostava de concorrer com os quarenta milhões, e eu consigo concorrer com trinta, porque tenho os carros parados. Este caderno de encargos à partida é um caderno de encargos que não abre à concorrência. Até porque temos aqui um valor que é máximo, o chamado preço base que é quarenta e cinco milhões e limita ali nos quarenta que é o



chamado preço baixo que é um bocado esquisito. Porque a regra da contratação pública diz que, uma prática mais ou menos corrente, que quando apontamos para um valor máximo, que é o preço base, normalmente o preço baixo ronda os cinquenta ou sessenta por cento e aqui neste caso, o preço baixo situa-se nos noventa, o que é de estranhar, porque limita gravemente a concorrência, na minha opinião. Resolvi fazer um apanhado e ver quanto é que Câmara Municipal pagou, nos últimos anos à Ecoambiente. Em treze anos de contrato pagou quarenta e nove milhões e quinhentos mil. Se fizermos a média dos últimos dez dá uma média de três milhões e oitocentos mil por ano, o que dá um redondo de trinta e oito milhões nos dez anos. Este contrato, que apesar de apontar para quarenta e cinco milhões não é isso que a Câmara Municipal vai pagar, não é isso que os senhores deputados vão aprovar. Vocês vão aprovar que na melhor das hipóteses este contrato custa quarenta milhões mais IVA. E estes quarenta milhões mais IVA são quarenta e nove milhões. Nos últimos dez anos pagamos trinta e oito, estamos aqui a acrescentar ao trabalho que já está de trás cerca de dez milhões de euros. Também fiz uma pesquisa e fui ver o que se passa no concelho vizinho, o concelho de referência do Algarve, Loulé. Loulé tem uma área de aproximadamente setecentos e sessenta e quatro quilómetros quadrados. Altura tem cento e quarenta quilómetros quadrados, é um dos concelhos mais pequenos do país em área e é seguramente o concelho mais pequeno do Algarve em área. Estive a ver quantas viaturas é que a Câmara de Loulé tem em serviço e tem trinta e uma viaturas a fazer a recolha e higiene urbana. Este caderno precisa de setenta e oito viaturas e não é umas viaturas quaisquer, é viaturas novas a estrear. Podem dizer que o concelho de Loulé é muito extenso em área mas não têm tanto lixo como nós temos aqui, até somos apontados a nível nacional que temos muito lixo e que precisamos de bons carros e de material para recolher isso tudo. Mas não é verdade. Nós temos é um rácio de lixo per capita muito elevado, fruto não dos habitantes mas sim do turismo. Quando vamos dividir esse lixo todo pelos habitantes dá um valor anormal, que se situa à volta dos mil e duzentos quilos por habitante, o que é, de facto, muito. Loulé tem novecentos. Se formos ver a população de Loulé também é maior, tem setenta mil habitantes, enquanto que, números de dois mil e dezasseis, Albufeira tem à volta de quarenta. Podem dizer que eles afinal de contas têm menos lixo que nós aqui. Não é verdade, eles tinham mais lixo, recolheram em dois mil e dezasseis quarenta e quatro mil e duzentas toneladas, nós recolhemos apenas trinta e sete mil e estou a falar de lixo



indiferenciado. Fazendo um rácio muito simples dá isto, Loulé tem área cinco virgula cinco vezes maior que a área de Albufeira, só que para fazer aqui a recolha nós precisamos de duas vezes mais veículos do que Loulé, o que é estranhíssimo, para recolher menos lixo ainda. Não consigo entender, alguém que me explique porquê que precisam de setenta e oito veículos para recolher menos lixo que o concelho vizinho. Para Albufeira dá cinquenta e seis veículos por cem quilómetros quadrados, relembro que cem quilómetros quadrados são dez quilómetros por dez e Loulé precisa de quatro veículos para fazer o mesmo trabalho. Este é o modelo que está assente para a recolha do lixo, mas há outro que é a chamada economia circular, que supostamente vai ajudar aqui, que abre a porta para um sistema que se chama o sistema peito, que já todos devem saber o que o sistema peito permite, vai cobrar uma taxa aos cidadãos para depositarem o lixo. Ou seja, o que se está aqui a fazer é a penalizar os cidadãos. Enquanto que o governo central está a fazer uma política ao contrário, que é promover a reciclagem premiando as pessoas que fazem a reciclagem, aqui querem fazer o contrário, vamos penalizar aquelas pessoas que entregam muito lixo, quando devia ser ao contrário. Porque a ALGAR farta-se de ganhar dinheiro, com toda a recolha que é feita, com todo o lixo diferenciado que colocamos nos ecopontos. Pergunto, qual é o contributo financeiro que a ALGAR dá para a autarquia? Que eu saiba não é nenhum. E nós todos os dias lá depositamos material que tem valor e eles negociam aquilo. Relembro, a ALGAR não é uma empresa pública, é uma parceria público-privada, que tem uma percentagem de quarenta e quatro por cento do capital é público, das autarquias que foram obrigadas a participar. Acho que este modelo PAYT veio abrir a porta para mais uma empresa entrar aqui. Há uma empresa que se chama Peito Portugal que está ávida por lançar a mão a mais autarquias, o que eles querem fazer é colocar os contentores deles e eles fazerem a cobrança ou então a autarquia que faça a cobrança por eles, mas é mais uma entrada de um particular. Parece que este contrato tem estes grandes problemas, abre a porta para uma contratação de um número exorbitante de veículos, que vai encarecer muito o contrato e os senhores deputados, que vão hoje votar têm uma palavra a dizer sobre isto e acho que devem refletir, devem verificar se realmente a votação que vinha pensada se calhar ainda estão a tempo de a mudar. Reparem que se calhar não são precisos tantos carros, se calhar há aqui alguma coisa a fazer, esta pressão que está a ser feita para se aprovar o caderno de encargos porque depois atrasa-se a abertura do novo concurso. O contrato só vai começar em



Dezembro deste ano e ainda há muito a pensar. Uma das coisas que atrasa muitas vezes os concursos é os cadernos mal elaborados e este caderno parece-me que tem muitas coisas que se podem encaminhar nomeadamente na forma de avaliação. Porque esta avaliação vai ser feita em dois parâmetros, o preço e a técnica, tanto para um como para outro estão previstos de um a dez pontos. Quer um concorrente que concorra com quarenta milhões, quer concorra com quarenta e cinco milhões não passa de um ponto, isto quer dizer alguma coisa."-----

Ana Vidigal: "Boa noite a todos, uma palavra dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas também ao senhor Presidente da Câmara no sentido de saber quais têm sido as posições e qual tem sido o papel recente de vossas excelências relativamente à matéria que incide sobre a prospeção de petróleo no Algarve, sendo certo que esta é uma matéria que a todos nós diz respeito e particularmente a Albufeira, enquanto capital do turismo que é. Sabendo que existem posições tomadas na AMAL, das quais faz parte, naturalmente, o nosso concelho, com a representação do senhor presidente da Câmara, mas independentemente da posição que é coesa e unanime, gostaria de saber quais são as démarches recentes e atuais relativamente a esta problemática. Outra questão prende-se com o já referido ponto treze, que diz respeito ao concurso de prestação de serviços de recolha de resíduos e transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana. Relativamente a este ponto a única coisa que gostaria de desejar é que os trabalhos decorram com toda a normalidade e que daqui possa sair efetivamente um caderno de encargos que seja benéfico e de interesse para todos os cidadãos, mas gostaria de saber onde está prevista a fiscalização e o controle sobre a empresa a quem for adjudicado este serviço, sendo certo que os serviços camarários têm um limite de tempo para fazerem a sua ação no exterior. Estou a falar, nomeadamente, da polícia municipal e de outros serviços que não trabalham vinte e quatro horas por dia, particularmente naquelas horas em que estes serviços estão a ser efetivados. Gostaria, também, de saber, como está prevista a questão da fiscalização e controle."-----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, duas questões, a primeira tem a ver com a primeira intervenção, tem a ver com as obras de Vale Pedras. O impasse e a demora já foram levantados e colocadas as explicações para. Aproveitava para fazer a pergunta se está previsto no prolongamento dessas obras a execução do passeio junto à estrada entre a zona da feira, do mercado e o colégio o Lápis. É frequentado por largas



dezenas de alunos, sempre que passo ali vejo crianças e jovens a passar por ali e passam por uma estreita vereda. Lembro-me que há três anos, no âmbito do orçamento participativo, alguém quis propor esse trabalho e um técnico da Câmara disse que isso era uma coisa tão ínfima, tão pequena que não vale a pena porque a qualquer momento os serviços da Câmara fazem esse trabalho. Passados três anos, se repararem, pouco depois da zona do mercado, até para lá do lápis, à volta de trezentos metros, está ali um vereda que nem sequer há passeio, acaba a zona do mercado e acaba o passeio. E toda a gente sabe que isto é frequentado por crianças, é o acesso à EBSA. Outra questão, tem a ver com a notícia que saiu há tempos, penso que com credibilidade, era intitulada pela OMS e dizia que Albufeira era o sexto local do país mais poluído. É um bocado difícil conciliar o sexto lugar mais poluído com a capital do turismo. Penso que uma das razões para a poluição, com certeza que isto refere-se à baixa de Albufeira, tem a ver com dois fatores. Um, os táxis, basta ver a fila contínua de táxis a chegar e a arrancar e por outro o Giro. Primeiro ponto, porque não os táxis ficarem embarcados no Pau da Bandeira e quanto muito iria lá à baixa o comboio. Tem muito mais sentido, em termos de transporte público, em termos de poluição. Por outro lado, porque não, a Câmara com certeza que tem meios para isso, os autocarros que forem ao centro serem autocarros mais pequenos e elétricos. A Travessa Alves Correia deve ser a travessa mais poluída do país, com todos os autocarros, com todos os táxis, com todos os carros, decorrentes da atividade económica e turística que existe ali, aquilo é um pandemónio em termos de trânsito e de poluição. Não entendo é como é que os táxis chegam ainda ao centro. Se calhar é a única cidade do país em que o turista tem o táxi mesmo no centro."-----

Rui Santos: "Boa noite a todos, sou morador na Urbanização Roja Pé, na estrada das Açoteias, já sou comum nesta Assembleia, desde dois mil e quinze. O que me trás aqui é a mesma situação de sempre, no início deste mês voltamos a receber uma carta do tribunal, com uma ordem executiva de demolição do lote cinco e o último piso do lote quatro. Desde dois mil e quinze que não temos licenças de utilização e gostava de saber o que a Câmara Municipal de Albufeira está a fazer para resolver este assunto. Há três anos foi-me informado que iam fazer um plano pormenor para aquela zona, gostava de saber que desenvolvimentos é que estão a acontecer neste momento, para resolver este assunto. Vai fazer cinco anos que as pessoas não têm licença de utilização, mas há cinco anos que a Câmara Municipal de Albufeira continua a cobrar o IMI e a cobrar



água. As pessoas têm a vida parada por um erro da Câmara Municipal de Albufeira, que tem de ser resolvido, rapidamente."-----

Presidente da Assembleia: "Como só tenho uma questão relacionada comigo respondo já. Se bem percebi, saber qual é a posição recente do Presidente da Assembleia Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal tem os poderes próprios que são conferidos pela lei, que é reger os trabalhos, representar o município, em conjunto, com a Câmara Municipal. A minha posição política-pessoal essa também lhe posso dizer que é contra, não como Presidente da Assembleia Municipal, mas como membro desta Assembleia Municipal. Sou totalmente contra essa exploração, prospeção, os nomes todos que lhe queiram chamar, do petróleo, em todas as formas, graus, qualidades e feitios. Portanto, esta Assembleia Municipal ainda não tomou, de modo expresso, posição sobre essa prospeção, mas temos acompanhado o que tem sido a posição da AMAL, através dos Presidentes de Câmara, também dos membros desta Assembleia que fazem parte da AMAL. Daquilo que me for pedido e se vier uma posição dessas a esta Assembleia, por princípio votarei a favor de ser contra a exploração. Como órgão, se a Assembleia Municipal deliberar nesse sentido ou se qualquer um dos membros apresentar uma proposta nesse sentido remeterei à mesa e outro órgão desta Assembleia que é a mesa tomará o agendamento dessas posições. Tão só, como posição pessoal, totalmente contra, há outras soluções."-----

Presidente da Câmara: "Iniciando, de uma forma genérica as respostas às questões colocadas, relativamente às obras que estão a decorrer na estrada de Vale Pedras, junto à GNR, quero dizer que não consigo perspetivar, em termos muito claros, o número de dias que vai demorar. Não domino a matéria de construção, nem tenho aptidões para isso, mas diria que nunca mais de três semanas. O porquê destes atrasos, atendendo às questões que eu possa responder e que eu conheço, tenho acompanhado de perto a obra, passo por lá várias vezes, de manhã cedo e depois à noite para perceber se houve alguma evolução o trabalho a desenvolver, sei que hoje, por exemplo, não houve praticamente nada desenvolvido, com certeza que andou lá pouca gente. Pelo menos duas razões, que eu conheça, porque pode haver outras, o pessoal que não é bom para trabalhar, máquinas que não são boas, incompetência do empreiteiro, mas há duas razões que penso que são objetivas, que é a questão de ter chovido durante muito tempo, que não foi fácil trabalhar, pelo menos, durante três semanas. E depois foi a questão da pedra do lancil que houve um engano, na dimensão



da pedra, mandei arrancar aquilo tudo e posteriormente a pedra do lancil foi arrancada, devolvida e foi mandada vir outra pedra do lancil que é sinito. O sinito é explorado em Monchique e é cortado em Espanha. Por azar dos azares, o lancil em vez de vir com quinze centímetros veio com treze, uma vez mais foi devolvido e veio outro. Tem havido alguns azares, agora se é por incompetência deste ou daquele, não fui indagar essa situação. Amanhã vou ter uma reunião com o empreiteiro, porque é inadmissível uma coisa daquelas, tem toda a razão e vou tentar que no espaço de três semanas fique terminado. Relativamente ao Lino Aguiar, sobre o concurso do lixo, não é bem verdade que na campanha se tenha dito que não havia problema nenhum, eu, pelo menos, sempre disse que havia problemas de deposição e recolha, por parte dos cidadãos, não é só fiscalização que falta. Há aqui três fatores fundamentais para a questão da limpeza urbana no seu sentido mais lato, mais abrangente, que é a questão do cidadão, é a questão da fiscalização por parte da Câmara e é a questão da recolha por parte de quem deve recolher. São três fatores, cada um tem a sua forma de ser tratado, não são três fatores que se misturem, só que uns são consequências dos outros. Relativamente à questão do concurso público, pelo que entendo acho que é a melhor maneira de promover a concorrência, o facto de haver só viaturas novas, acho que favorece, porque uma coisa é ser viaturas novas e outra coisa é ser viaturas já com certas idades, que é o caso destas que andam aí, que estão impraticáveis. Relativamente ao Domingos Coelho, a questão do passeio até ao colégio dos lápis, isso vai estar inserido num projeto que está a ser elaborado, está praticamente a terminar, que é toda a outra parte, a partir da rotunda até à outra rotunda, vai ser inserido nesse projeto, não nesta obra que está a ser executada. Relativamente à questão da poluição, penso que terá a ver com as poeiras vindas do norte de África, não tanto com o carbono, é uma questão que tenho de ir ver. Evidentemente que a questão do Giro e dos Táxis lá em baixo, não é que eles tenham grande interesse em ser lá em baixo, é uma situação que está em cima da mesa para ser estudada, até porque temos o plano de mobilidade para ser aprovado dentro de relativamente pouco tempo, poderá vir, ou não, dar resposta a estas questões. Relativamente ao Giro, a questão dos autocarros serem mais pequenos e eventualmente até elétricos ou a gás, não tão poluentes como os a gasóleo, este concurso termina para o ano, terá de haver outro concurso e nesse concurso há sempre a possibilidade de alterar as premissas desse mesmo concurso. Quanto à questão do Rui Santos, do Roja Pé, sei que os proprietários foram



notificados, sei que a Câmara Municipal não foi notificada, mas também sei que já mandei um convite para todos os proprietários estarem presentes, caso entendam, vir na segunda-feira, dia dezoito às dez e trinta para esclarecimentos sobre o que irão adotar em termos de procedimentos, para responder nos tais vinte dias que a notificação sugere que respondam. Fica o convite feito."-----

Rui Santos: "Não foi isso que perguntei. Perguntei que ações é que a Câmara tem feito para resolver este assunto."-----

Presidente da Câmara: "Uma das ações é precisamente esta. A outra é a questão do plano pormenor está a ser executado e nessa sessão vai ter precisamente esclarecimentos sobre o mesmo."-----

Rui Santos: "Há quanto tempo é que estão a trabalhar nesse plano pormenor?"-----

Presidente da Câmara: "Há pelo menos dois anos talvez."-----

Rui Santos: "É uma situação que interessa a todos os munícipes de Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que interessa e eu não estou a esconder literalmente nada, pode ter certeza disso. Na segunda-feira irá haver uma sessão de esclarecimentos onde serão tratados todos estes assuntos. Neste momento não consigo dizer quais as datas do plano pormenor, até porque não era eu que estava a acompanhar essa situação. O plano pormenor teve alguns problemas na sua execução, está outra vez em andamento e na segunda-feira terá conhecimento destas situações todas e quais são as démarches que nós, em termos de Câmara, em termos entregue a um gabinete de advogados de Lisboa, que se prontificou a colaborar nessa sessão de esclarecimentos. Quanto a isto não sei responder a mais nada, espero que esta resposta à notificação que receberam produza efeitos positivos. Quanto ao erro da Câmara Municipal de Albufeira, na altura quando veio a primeira notificação, há três anos, salvo erro, os técnicos da Câmara diziam..."-----

O Presidente da Câmara foi interrompido.-----

Rui Santos: "Este processo dura desde dois mil e onze, desculpe interromper, não dura há três anos, foi transitado em julgado em dois mil e quinze porque a Câmara nunca contestou."-----

Presidente da Assembleia: "Percebo a dificuldade emocional para digerir o assunto, mas vou-lhe dizer que esta Assembleia Municipal no mandato anterior votou favoravelmente à resolução e tem acompanhado, naquilo que é a medida do possível, não do ponto de vista técnico, porque não têm tecnicidade para o fazer, mas através



dos serviços da Câmara Municipal às respostas. É verdade algumas questões que diz, que nós também não temos conhecimento do processo todo, mas também é verdade que os proprietários não foram notificados pelo tribunal e foi graças à ação da Câmara que foram a seguir. Portanto tiveram a hipótese de contestar. Assim que veio a notícia no Público questionei o Presidente da Câmara que informou que a Câmara Municipal ainda não tinha sido notificada. Portanto de alguma forma, no que diz respeito, passo esta informação aos membros da Assembleia Municipal, no que diz respeito ao teor dessa decisão, dessa notificação nós ainda não sabemos, será de alguma forma também vazia, que podemos estar ou não a pronunciar sobre um documento que não temos conhecimento. Obviamente, o senhor sabe, tem conhecimento. O senhor Presidente informou que no dia dezoito de Junho estará municiada com os técnicos da Câmara Municipal e com um conjunto de advogados que acompanha o processo para poder responder às questões. Não é fugir à sua questão, pelo contrário, é levar essa questão para este esclarecimento público. Faremos chegar aos membros da Assembleia Municipal uma cópia dessa missiva que foi enviada e foi afixada nos prédios e os condóminos já tiveram conhecimento dessa reunião, para que viessem à Câmara Municipal assistir e onde poderão ser colocadas questões. Não obstante, a legitimidade da sua intervenção, no que diz respeito às questões que aqui referiu, o que é que a Câmara tem feito nos últimos três anos, para resolver este problema, porque não tem licença de utilização e acerca do IMI, como diz o senhor Presidente, a Câmara tem dotado mão daquilo que são as possibilidades técnicas para resolver, que é através de um plano pormenor para aumentar a área de construção, impedindo a decisão do tribunal."-----

Presidente da Câmara: "Pode ter certeza que tudo faremos, não vão haver demolições nem no último piso nem no prédio inteiro, pode ter certeza disso. Daí que a Câmara tenha entregue para tentativa de resolução do problema a um gabinete de advogados externo. Um dos juristas desse gabinete irá estar presente nessa sessão de esclarecimentos, que eu solicitei que fosse feita aqui na Câmara e convidamos todos os proprietários a estarem presentes nessa altura. Irão estar técnicos da Câmara, do planeamento para explicitar e clarificar sobre a questão do plano pormenor do Roja Pé. Para já é o que consigo responder. Sei que começou em dois mil e onze, mas este problema real foi mais tarde. Pode ter certeza que tudo faremos para que se resolva, que se chegue a bom porto essa situação, que é catastrófica."-----



Rui Santos: "A situação não se prolonga desde dois mil e treze, o processo começou em dois mil e onze, como o senhor Presidente tem conhecimento, porque é Vice-Presidente há alguns anos, este assunto já deve ter sido discutido na Câmara, com certeza, várias vezes. Por isso estranho o seu desconhecimento neste momento. Sinto-me indignado, como proprietário, não tenho licença de utilização, foi caçada por ordem do tribunal e vocês, Câmara Municipal de Albufeira nunca nos informaram, só ficamos a saber em dois mil e quinze, quando recebemos a carta da Câmara, foi o nosso advogado, em conjunto com o Presidente da Câmara Carlos Silva e Sousa, que deu as orientações para vocês contestarem a ação do tribunal, em dois mil e quinze, depois de transitado em julgado. Senhor Presidente, neste momento sinto-me indignado, como é que a Câmara Municipal de Albufeira continua a cobrar IMI a proprietários que não têm licença de utilização? Que têm uma forca por cima da cabeça, em que não sabem se é amanhã ou daqui a cento e vinte dias que vão mandar os prédios a baixo. O que vão fazer a seguir, depois do prédio ser demolido? Quem é que vai pagar isso tudo? Que tipo de indemnizações estão a preparar? Porque a informação que tenho do tribunal é que é irredutível na decisão. Sinceramente, sinto que não está a ser encarada a gravidade da situação, como deve ser encarada."-----

Ana Vidigal: "Com o devido respeito, não foi respondida a minha pergunta, relativamente ao que está previsto em relação à fiscalização e ao controle da prestação de serviços, que virá a ser adjudicada a alguma empresa, naturalmente. Gostaria de ver esta pergunta respondida e de que forma é que está pensada toda esta situação. Com o devido respeito, senhor Presidente da Assembleia Municipal, naturalmente fez a boa interpretação, porque longe de mim perguntar, quer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer ao senhor Presidente da Câmara quais seriam as suas posições pessoais. Obviamente, que sendo vossas excelências Presidentes dos órgãos respetivos, naturalmente a pergunta dirigia-se no sentido de saber se havia já alguma iniciativa, que tipo de iniciativas é que existem, se está pensada alguma posição, se tem havido reuniões nesse sentido, se já foram convocadas, enfim, compreendo que não deva fazer as perguntas exaustivamente, deixando à vossa liberdade de resposta. Obrigada."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões colocadas sobre a fiscalização, obviamente que a fiscalização sobre a recolha e limpeza dos resíduos não será inserida no caderno de encargos, senão era a própria empresa que estava a fiscalizar-se a ela



própria. Portanto, terá de ser feito um procedimento à parte, ou por pessoal da Câmara ou então se chegarmos à conclusão que é preferível termos alguém do exterior, faz-se por alguém do exterior. Inclusive outras situações que já foram discutidas e ventiladas, que possa vir a ser possível fazer. Depois, sobre a prospeção de petróleo, obviamente que em sede da AMAL, temos acompanhado todas aquelas situações, pelo menos desde que estou presente nas reuniões, na última reunião foi aprovada uma carta a enviar para os membros do governo, para essa situação e lamentar a ausência de um parecer que a APA não teria dado relativamente àquela prospeção. Estamos a acompanhar toda a contestação que existe relativamente a esta questão da prospeção de petróleo, até porque é uma questão que é contraditória, relativamente àquilo que se preconiza, que é precisamente a questão da utilização de outras energias não poluentes, é uma contradição de pensamentos."-----

Lino Aguiar: "Acabou por não responder à minha questão, porquê que a Câmara de Albufeira vai precisar de mais do dobro das viaturas do concelho vizinho, sendo que recolhe menos lixo do que esse concelho? Só mais uma achega à proposta do caderno de encargos, eu pensei inicialmente que quando se ia adjudicar este serviço, havia uma prestação que era fixa e a Câmara Municipal pagava essa prestação. Mas não, a prestação não é fixa, todos os meses vai haver uma fatura que decorre de valores unitários, cobrados por metro linear de limpeza e higiene urbana, tonelagem de resíduos entregues, entre outros. Sendo que, esses valores unitários que de facto determinam o valor a pagar mensalmente à empresa não relevam para avaliação na fórmula que ali está. Portanto, esses não são fatores ou subfactores a ter em conta na avaliação, porque são esses que determinam o valor a cobrar, porque este valor que vai ser aprovado, quarenta e cinco milhões, é apenas um teto, não o valor que efetivamente vai ser cobrado. Está-se a abrir a porta para outros aditamentos, revisões de preços. O que vai ser aprovado não é um valor, mas sim a porta aberta para um valor que nós não sabemos quanto é que é. Era bom que nesse caderno de encargos se fechasse a porta a isso."-----

Presidente da Câmara: "Sobre a questão de ser muitas viaturas, faço lembrar que, embora Loulé possa ser um concelho muito superior em termos de área geográfica, mas vou dar um exemplo. No dia dez de Agosto de dois mil e dezasseis foram recolhidos no concelho de Albufeira trezentos e dez toneladas de lixo, o que ultrapassa e muito, na altura até recebi uma chamada do Engenheiro Macário Correia, que na altura estava na



ALGAR, a dizer que foi o record absoluto, de sempre, de todo o Algarve. Portanto, eu não fui à procura desses números, não posso contestar os números, aceito-os como verdadeiros, obviamente, mas poderá haver outras razões que levem a acontecer isso. Falou dos lixos diferenciados, os lixos recicláveis não estão incluídos, até se pode chegar à conclusão, de uma forma, talvez leviana, dizer que os cidadãos não fazem tanta separação de lixo e metem o lixo todo nos indiferenciados. Este caderno de encargos e este programa de concurso foram bastante trabalhados pelos nossos técnicos, foram refletidos sobre vários aspetos. A questão das viaturas novas, já falei, não há outra hipótese de admitirmos outra situação que não este modelo. Por outro lado, a questão do valor, anormalmente baixo, evidentemente tem de ser fixado, porque senão corre-se o risco de haver um preço bastante baixo, porque já se sabe o perigo que tem, quer o fornecimento de prestação de serviços, quer as empreitadas, onde o único critério é o preço, corre-se o risco de qualquer entidade, por valores irrisórios, se proponha a fazer um determinado serviço. Tudo isto é discutível, tudo isto pode ser mais uma viatura, menos uma viatura, mais uma varredora, menos uma varredora, mais dois camiões de recolha bilateral, ou mais três de recolha traseira, enfim, tudo isso são critérios que provavelmente que um entidade possa por lá metade das viaturas e apresentar trinta e cinco ou trinta e seis milhões de euros, pelos oito anos e nós temos de entender isso como bom? Não sei se temos, temos de ter algum cuidado com isto. Esses números não têm grande sustentabilidade para o efeito, porque acredito que isto foi já tão discutido, já tão trabalhado pelos nossos serviços.”- Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Cristina Pinto: “Tenho duas questões, uma tem a ver com umas afirmações que foram feitas aqui, na Assembleia de Maio, foi dito que havia crianças a passar fome nas escolas do concelho. Sendo essa a minha área, podia até não ser, porque quando se fala que as crianças não ficam alimentadas, qualquer pessoa ficará preocupada. Mas trabalhando eu num agrupamento de escolas, tentei saber, não só no meu agrupamento, como nos outros agrupamentos, se havia reclamações relativamente de crianças a passar fome, ou com problemas a nível da alimentação. Parece que não há conhecimento de queixas, a única coisa que consegui apurar foi uma situação que aconteceu na escola



da Guia, que é da responsabilidade da Câmara, tinha a ver com o facto de empratarem muito cedo as refeições e as crianças chegavam e a comida estava fria. A associação de pais tomou conta da situação e a situação resolveu-se. Não me parece que tenham havido outros problemas. Outra questão que alguém me referiu, é o que também acontece nas nossas casas, a comida agrada quando é pizza, quando é o franguinho, não comem a sopa e depois querem repetir, eventualmente aí poderá não ser permitida a repetição, até porque às vezes a pizza vem às fatias e fica reduzido. De resto penso que não será verdade, ou se houver outros conhecimentos, que eu não consegui apurar, era bom que dissessem pois é a nossa função. Acho que nesta situação não se deve estar à espera de uma reunião da Assembleia para se dar conhecimento, se de facto houver crianças a passar fome no nosso concelho. Uma pergunta que gostava de fazer, se o senhor Presidente tem conhecimento relativamente àquela estrada que vem sair ao pé do parque de campismo, que liga à EN125, foi iniciada e não foi concluída, gostaria de saber se está prevista a conclusão ou não."-----

Francisco Guerreiro: "Queria levantar duas ou três questões que me parecem importantes, sobre o senhor que falou do Roja Pé, queria dizer que estou completamente solidário com ele, até porque esta situação já foi aqui levantada várias vezes e tive sempre a mesma posição. Se for necessária a minha presença em qualquer tipo de manifestação, seja manifestação seja autorizada ou não, eu estarei presente. Quando, às vezes se afirmam coisas que muitas vezes não corresponde à realidade, também me custa um pouco ouvir e eu sempre ouvi aqui que os técnicos dizem que aquela obra foi aprovada corretamente e legalmente. Eu não sou técnico e naturalmente, se fosse técnico e tivesse aprovado aquela obra e isto acontecesse eu só tinha de fazer uma coisa, era demitir-me, e já disse isso aqui uma vez. É muito triste, porque a senhora juíza que transmitiu isso, se ela vivesse lá isso não teria acontecido, portanto isto custa-me um bocado, estou solidário com eles, porque a todos nós nos custa a vida, o trabalho e para vivermos não é preciso andarmos com guerras. Já estou há muitos anos nesta Assembleia, sempre ouvi e testemunho que a Câmara Municipal procurou fazer o melhor possível, tratar desse assunto com seriedade, é o que me preza dizer. Quero também perguntar ao senhor Presidente se os membros da Assembleia poderão estar presentes nessa reunião de segunda-feira. Se for possível, com muito gosto estarei presente."-----



Presidente da Assembleia: "Francisco Guerreiro, sim, vamos enviar uma cópia desta informação que a Câmara Municipal colocou no Roja Pé aos membros da Assembleia Municipal e obviamente que quem quiser poderá estar presente."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões sobre a estrada que liga à Cocheira, essa estrada não é responsabilidade municipal, é das Infraestruturas de Portugal. Há uns anos fiz um ofício para solicitar ao membro do governo responsável por esta área, para que respondesse sobre o andamento a dar àquela obra. Na altura respondeu que estaria para breve o reinício da obra, até ao momento ainda não foi feito. Entretanto, passaram-se mais três ou quatro anos e não aconteceu nada, mas eu tenho uma reunião pedida com o secretário de estado, precisamente para lhe fazer ver que aquela obra precisa de ser terminada. Não é responsabilidade da Câmara Municipal, apenas o que tem de ser feito é através de pressões relativamente ao poder central e à tutela. O Francisco Guerreiro, solidário com aquelas pessoas, todos estamos. O facto de poderem estar presentes os membros da Assembleia Municipal, com certeza que podem, acho que é útil, esses esclarecimentos que vão ser dados nessa reunião, embora seja mais dirigido aos proprietários para ficarem esclarecidos e usar os serviços daquele gabinete de advogados e dos nossos técnicos, da parte do urbanismo e planeamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Neste ponto queria retomar uma intervenção que fiz na ata que vai ser hoje aprovada, de vinte e três de Abril, onde interpelei o senhor Presidente sobre as questões do planeamento territorial. Isto é, que a informação escrita tivesse alguma dessa informação, nomeadamente esta questão do Roja Pé poderia ser um exemplo, mas estamos a falar dos planos municipais de ordenamento do território, no sentido



lato, onde o de topo é o PDM. O que coloquei, na altura, era a questão do cronograma, qual o cronograma que o PDM tem neste momento? Volto a colocar essa questão, uma vez que não está na informação escrita. E também ao nível dos planos pormenor, qual é o ponto da situação? Se agora não conseguir transmitir, que na próxima venha algo escrito nesta matéria, ou qual é a dificuldade que está a acontecer para que não haja este ponto da situação sobre estas matérias."-----

Presidente da Câmara: "O plano pormenor está em andamento, está algo atrasado, na segunda-feira irão ter todos esses esclarecimentos, caso entendam. Já pedi um relatório sobre toda essa situação, como já disse, há pouco não acompanhava a execução deste plano pormenor, que esteve parado por vicissitudes várias e que há quinze dias atrás tive uma reunião com o técnico que está a acompanhar esse plano, para ver se isto está outra vez em andamento. São documentos extremamente difíceis, morosos para se poderem aprovar. Vamos ver se resolvemos o mais depressa possível, o problema através disso."-----

Pedro Coelho: "Quanto à questão do PDM? Consegue dar alguma informação? Na ata que vamos aprovar, uma das referências que fez foi que iria ter uma reunião brevemente para definir o cronograma, porque havia uma data de finalização do PDM, em Junho de dois mil e dezoito. Está a haver um atraso, houve uma reprogramação ou não? A pergunta é, se sim, que deve ter havido, qual é? Ou se ainda está em discussão a reprogramação?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao PDM, penso estar pronto, não sei se é possível, no final de dois mil e dezanove. Vamos tentar que não se eternize no tempo, porque já lá vão alguns anos que ele se iniciou. Já são há volta de oito ou nove anos, que ele se iniciou. Qualquer plano que se eternize no tempo perde quase a validade, desde o momento em que começou até ao momento em que acaba. Espero que seja possível estar totalmente acabado no final de dois mil e dezanove, para depois em dois mil e vinte termos o PDM. Dentro de pouco tempo irei ter uma reunião com os serviços técnicos para analisar isso e com a empresa que está a fazer o trabalho exterior, para ver o que é possível fazer, para que esta data não se deixe derrapar, porque torna-se um pouco difícil."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 23-04-2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na sessão de 23-04-2018 os membros Paulo Fernandes, Renato Pimenta, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e a Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne pelo que não votaram -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos três, quatro, oito, nove, dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Nissan e Mitsubishi, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 12.000,00€ + IVA; -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Renault, incluindo serviços de reparação e manutenção até ao limite de 45.600,00€ + IVA; -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca MAN e guias da marca Palfinger, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 34.000,00, + IVA; -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para "fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Toyota, incluindo serviços de reparação e manutenção", até ao limite de 43.200,00€ + IVA; -----



PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Mercedes, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 16.080,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas da marca Audi, Skoda e Volkswagen, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 19.680,00€ + IVA; ----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO TRÊS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO OITO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE:-----

Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato



Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de medicina do trabalho, prestados nominalmente por profissional habilitado;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação sob proposta da câmara municipal, do concurso limitado por prévia qualificação com publicação de anúncio no JOUE para aquisição de serviços de limpeza do complexo das piscinas municipais e de seis pavilhões, em Albufeira, pelo preço base de 314.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Queria perguntar ao Presidente da Câmara porque não contratar pessoal para fazer este trabalho?"-----



Presidente da Câmara: "Não há pessoal. Abrir concurso para arranjar pessoal para fazer este trabalho é quase impossível. É fácil abrir concurso, que esse concurso seja provido tenho algumas dúvidas que isso aconteça, nesta fase do campeonato. Para além disso, isto são trabalhos, a questão da limpeza das piscinas é um bocado mais difícil. Neste momento não era possível pensar numa situação sem ser por outsource. Não quer dizer que não venha a ser possível numa outra altura."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta.-----

Abstencões: duas (02) Miguel Pinheiro e Vera Belchior.-----

Votos a favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Renato Pimenta apresentou e leu declaração de voto. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata)-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento por consulta prévia para "impressão de agenda cultural, boletim informativo e revista de Albufeira" pelo valor de 32.605,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto



Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para execução da "empreitada para fornecimento e substituição de tampas da rede de águas residuais e pluviais" pelo preço base de 120.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Se percebi bem, isto será uma empreitada para fornecimento e substituição, estamos a falar de um valor de cento e vinte mil euros mais iva. Pelo que me explicaram, uma empreitada é uma obra, o iva aplicável é seis por cento, o fornecimento e substituição é uma prestação de serviços, que é com iva a vinte e três."

Presidente da Câmara: "Quando é uma empreitada, agregada a um fornecimento de um produto, neste caso, o fornecimento das tampas, entra tudo como sendo uma empreitada. O substituir uma tampa não é só tirar uma tampa e meter a outra, tem de ser trabalhado à volta, com cimento, partir, por isso é que é uma empreitada, se não fosse isso era só fornecimento. Se fosse só assim, teríamos pessoal suficiente para chegar lá e tirar uma tampa e colocar outra. Assim não havia empreitada, seria só fornecimento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público internacional, com publicação de anúncio no JOUE, para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira; - O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Pedro Coelho: "Retomando à anterior sessão onde foi discutido, dos ecos dessa sessão parecia que aquela discussão era uma discussão infrutífera, ou que seria para obstaculizar a decisão, não foi o caso. O que se tentou discutir naquela sessão, penso que se conseguiu alcançar, é que discutiu-se alguns pontos que seriam sensíveis, alguns dos quais foram discutidos aqui no público, que não foram discutidos naquela sessão, mas que foram objeto de reflexão posterior e até foram alterados. Saliento a questão de uma clarificação que o caderno de encargos agora traz, que as metas que forem impostas ao município não terão custos adicionais ao município. Essa questão que muito foi discutida na sessão anterior, agora está clara no caderno de encargos e não tem custos adicionais. Se ao existir imposições, de metas, de métodos de recolha, é imperativo assim, o prestador de serviço tem de o efetuar sem custos para o município. Essa matéria parece-me importante, face à longevidade que esta prestação de serviços tem, de oito anos, é bastante longa, face às exigências ambientais que se avizinham e que já existem. Nessa matéria valia a pena fazer aqui um ponto ao que foi falado à pouco e dizer algumas metas que existem. Por exemplo, existe uma meta de dois mil e vinte, atual plano nacional de gestão de resíduos, de cinquenta por cento de desvio de resíduos indiferenciados em aterro. Isto é, temos de levar menos resíduos a aterro, temos de reduzir a produção de resíduos. Existe outra meta, ao nível da redução de matéria orgânica em aterro e também do aumento da reciclagem. O que me parece, da limitação deste caderno de encargos que ainda prevalece, ainda se mantém, é a questão da proximidade ao cidadão. Os métodos de recolha que o caderno de encargos remete são todos os existentes agora, é verdade com novas viaturas, com novos equipamentos e isso de certeza que vai melhorar a prestação de serviços. Porque o reforço de meios é significativo, ter viaturas todas novas no início de prestação de serviços é significativo. Cinco milhões, mais ou menos, se dividirmos os quarenta por oito, ao ano é significativo, estamos a falar de investimento bastante significativo.



Esse investimento vai permitir, de certeza, melhorar a prestação de serviços, aí parece não residir dúvidas sobre essa matéria. As questões que foram colocadas há pouco, podem ser explicadas, a questão da comparação com outros concelhos e aí valia a pena comparar com outros concelhos, mas também ao nível da reciclagem. Albufeira com este nível de volume de investimento, nestes quarenta e cinco milhões da nova prestação de serviços tem que se conseguir posicionar no ranking muito mais elevado em termos de reciclagem. O desempenho do setor, da higiene urbana e recolha de resíduos também pode ainda melhorar, os próprios indicadores do regulador assim indicam, que ainda há medidas que podiam ser colocadas. Nesse âmbito também havia a discutir os custos que teríamos nessas melhorias. Espero que na execução do contrato esses custos das melhorias sejam imputados ao prestador de serviços, não haja depois uma questão que se coloque de limitação do caderno, que leve a que haja custos adicionais." -----

Adriano Ferrão: "Acho que o caderno que está aqui em causa, a ser estudado, para depois ser deliberado aqui a sua aprovação, parece-me bastante equilibrado em relação àquilo que é o histórico desta colheita dos resíduos e às necessidades presentes de Albufeira e àquilo que se avizinha no futuro. Um pouco diferente de Loulé, que há pouco ouvi falar. É um concelho extenso, com freguesias com pouca população, dispersas, mas que concentra alguma população no seu centro urbano e na faixa litoral, no que respeita a Vilamoura e Quarteira. No entanto não tem a massificação de turismo que Albufeira sofre. É semelhante, é notável, mas não é a mesma, porque sabemos que multiplicamos a nossa população, em certos momentos, por nove, dez e até onze. O que faz com que os recursos se ressentam e tenham que ser reequilibrados com essa perspetiva de futuro. Falou-se também que a reciclagem é importante, que a Câmara vá de encontro aos normativos que também estão dispostos e outros que virão por aí, contudo essa reciclagem não é só responsabilidade da Câmara, é também do utente. O utente, nós sabemos que tem sido um problema grave em Albufeira, aquele que produz estes resíduos seja seletivo com eles, os disponha de maneira a que depois a sua reciclagem se torne mais fácil e eficaz, o que normalmente não acontece, nem por parte do particular, do privado, como também não acontece e ainda mais grave, por parte daqueles que têm cá os negócios, negócios diversificados, sobretudo aqueles que estão no ramo alimentar, da restauração e que pouco cuidado mostram com estas práticas. De modo que tudo isto me faz lembrar que este caderno de encargos,



sendo aprovado, depois carecerá de um acompanhamento, também ele eficaz e adequado, por parte da Câmara Municipal, de uma fiscalização que não deixe acontecer algumas falhas, lacunas que já se verificaram no passado e que a tudo isto seja paralelo a um programa de sensibilização, daqueles que cá vivem, daqueles que cá têm negócios e daqueles que cá vêm nos visitar e que se acham com o direito de aqui poderem fazer tudo, ultrapassando as marcas e criando, muitas vezes, prejuízos neste sentido ambiental, para Albufeira."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao que o Pedro falou, sobre a questão de atingir as metas, em termos de separação de resíduos, faço lembrar que é sempre intenção, já falei na última sessão da Assembleia, que essas questões devem ser sempre, todos os dias incentivadas para que, quer através das nossas crianças, nas escolas, no que chamamos educação ambiental. Quando se fala em educação ambiental é errado pensar apenas nos jovens, já tem sido percorrido um longo caminho, há variadíssimos anos, mas o que tem acontecido, em Albufeira, é precisamente a questão dos adultos. Os adultos são os maiores prevaricadores em termos de separação de lixo e deposição dos lixos, junto dos contentores ou nos próprios contentores. Adultos e muitos deles comerciantes. Se os serviços da Câmara fizerem uma boa campanha de marketing, até o próprio concorrente também pode propor essas campanhas, ao nível da sua proposta de trabalho, independentemente de estar balizado ou não, aqui a questão é que tem que se promover a criatividade, inovação de alguma forma que seja eficaz. Se isso acontecer, todos terão a ganhar, porque há três tipos de resíduos que podem ser separados, o vidro, papel e embalagens. Evidentemente que, no meio disto tudo, há um que pesa mais que os outros todos, que é o vidro. As pessoas às vezes não percebem o que faz, e se a pessoa juntar as garrafas de vidro com os resíduos indiferenciados o município está a pagar à ALGAR aquele peso todo. No entanto, se o vidro for separado o município não paga nada à ALGAR e a ALGAR vem recolher. Logo, há um ganho para o município, caso esta separação aconteça. Falo do vidro porque é o mais pesado. Tem-se notado, ultimamente, que o papel que muitas vezes se encontrava por volta dos contentores, aqueles papéis extremamente fortes, que são caixotes que vêm a embalar eletrodomésticos ou outros equipamentos, que são papelões altamente fortes e que várias vezes têm entrado no compactador que está no P5 e encrava, coisa que não era para acontecer. A pessoa telefonava, existe um serviço que é a Algarlinha, provavelmente vinha buscá-lo a casa, telefonava para a Câmara, telefonava para a



Ecoambiente, com certeza que isso se resolveria. Mas não, as pessoas têm tendência para a prevaricação. A questão da fiscalização só por si não resolve nada, não pensem que é com muita fiscalização que se resolve o problema. O problema resolve-se na mudança das mentalidades, aí sim, temos de agir. Isso está sempre em pensamento, quer dos serviços da Câmara, quer de mim próprio, que tenho este pelouro, aumentar a percentagem de resíduos separados. No entanto, penso que o município de Albufeira é dos municípios do país que, em termos percentuais, que mais separa os resíduos, penso que isso já aconteceu, ou foi o ano passado ou há dois anos.”-----

Pedro Coelho: “Seguindo o seu raciocínio e como esta Assembleia é pública, e o caderno de encargos tem alguma flexibilidade no ponto da sustentabilidade ambiental, não deixaria de dizer que há pouco quando referi a questão da proximidade é exatamente tornar o cidadão mais ativo. O cidadão, que não as crianças, que essa componente está prevista no caderno de encargos, a educação ambiental, mas o cidadão mais ativo, na sua prática diária de separação, pode ser incentivado se existirem métodos mais próximos. Um dos métodos mais próximos do cidadão é o de recolha porta a porta, algo que está previsto no caderno de encargos e que já é feito há algum tempo, como acabou de referir, na Ambilinha, ou outros que a Ecoambiente presta, de recolher nos comerciantes, mas não nas residências habituais, dos residentes de Albufeira. É exatamente, num projeto-piloto nessa área, que permite esse saber fazer do cidadão, não só o que se aprende nos livros de educação ambiental, ou numa sessão, mas também executando todos os dias. Nesse método de recolha que está diagnosticado como sendo o melhor, melhor método, melhor separação e com mais qualidade de produto, de resíduo, que poderia ser implementado e não está previsto no caderno de encargos. Outra questão, ao nível da separação, logo à cabeça dos resíduos para diminuir a matéria orgânica em aterro era um projeto, por exemplo de, oferecer compostores a pessoas que têm moradias unifamiliares, que ainda existem algumas, em número significativo, no concelho e com isto poderiam fazer a sua compostagem, própria dos resíduos verdes ou até das verduras e legumes da confeção dos alimentos. Com isto conseguíamos reduzir a matéria orgânica, mais uma vez, incentivando o cidadão a mudar as suas práticas e a ter essa questão incorporada no seu dia-a-dia. Fica aqui o repto para que essa questão seja avaliada em sede de avaliação de propostas, para que possamos ter uma prestação de serviços mais inovadora, mais virada para o futuro, nesta matéria da gestão de resíduos.”-----



Presidente da Câmara: "Relativamente à questão da recolha porta-a-porta, isso já foi implementado. Temos implementado isso já há alguns anos, há uns dois anos, pelo menos, na baixa dos Olhos de Água e na baixa de Albufeira. Só para os comerciantes, que é onde há maior quantidade de resíduos. Ainda não chegamos ao porta-a-porta individualmente. Se bem que a aderência dos comerciantes não é a mesma, na baixa dos Olhos de Água, talvez por serem menos, aderiram cem por cento e na baixa de Albufeira não chegou a cinquenta por cento. Ainda há aqui um longo trabalho a percorrer. Não está proibida que uma proposta de um concorrente venha lançar aqui formas inovadoras e criativas, como disse há pouco, isso está completamente aberto. Por outro lado, a questão o Ambilinha já acabou, agora é Algarlinha, mas no fundo vai dar ao mesmo, teve uns momentos maus quando houve a transição do Ambilinha para o Algarlinha, porque estava a terminar o contrato, que é com a ALGAR, não é com a Câmara Municipal. Evidentemente que há muitos comerciantes aderentes em Albufeira, embora isso não tenha funcionado bem, mas por aquilo que me dizem neste momento está a funcionar. Os comerciantes podem, perfeitamente aderir, de uma forma gratuita, não sei qual é a periodicidade que vêm, por exemplo à baixa de Albufeira. O que é certo é que os comerciantes não conseguem arranjar espaço, porque o espaço no centro de Albufeira é extremamente caro, isso até poderia ficar no regulamento de obras particulares, obrigando cada casa a ter um espaço para deposição dos lixos, qualquer dia temos de começar por aí, porque o guardar os contentores com vidros e outros com papel à espera que venha o Algarlinha, ocupa um espaço que se calhar dava para duas ou três mesas, mais quatro ou cinco cadeiras e mais quatro ou cinco clientes e isso representa algum dinheiro e as pessoas não vão por aí. Esperemos que isto vá melhorando, cada dia que passa ir melhorando relativamente ao dia anterior. É esse trabalho que nós, na Câmara temos de motivar e temos de incentivar com a perspectiva que estas propostas irão ser de alguma forma inovadoras, porque têm espaço para isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

Abstenções: dez (10) Paulo Fernandes, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Roberto Raposo, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne -----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, José Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Pedro Coelho apresenta e lê declaração de voto. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

Renato Pimenta apresenta e lê declaração de voto. (Doc. 3 anexo a esta ata)-----

PONTO CATORZE

Tomada de conhecimento da informação dos serviços da câmara municipal relativamente ao pedido de atribuição de licença para central fotovoltaica - Paderne; - O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, da moção sobre os poderes das Assembleias Municipais.-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Sobre este ponto temos a felicitar a mesa, por ir de encontro a algumas propostas que esta bancada já tinha feito anteriormente, sobre este assunto. Há agora uma sintonia de posições e com isso congratulamos a mesa, nomeadamente ao nível da descentralização, do apoio à Assembleia para o seu funcionamento e para finalizar a matéria da regionalização, que agora é vincada nesta moção."-----

Presidente da Assembleia: "Esta moção, apesar de vir subscrita pelos três membros que compõem a mesa, deriva da moção que foi aprovada na Associação Nacional das Assembleias Municipais. Nós somos apenas os autores da adaptação para a Assembleia Municipal de Albufeira, não do teor todo. Fui representante da Assembleia Municipal nessa reunião magna da Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde fiz o desafio que todas as Assembleias Municipais deliberassem no mesmo sentido, para que fosse reforçada a posição e a força das Assembleias Municipais por este país. Porque de facto, se tem poderes e se tem responsabilidades, esses poderes e essas



responsabilidades estão esvaziados pela falta de capacidade financeira e autonomia do ponto de vista do seu funcionamento, porque depende, efetivamente, da Câmara Municipal. Costumo dizer que somos voluntários no exercício das funções e somos profissionais na responsabilidade. A responsabilidade dos membros da Assembleia Municipal não deriva exclusivamente do recebimento das senhas de presença, mas sim pelas deliberações que aqui tomam. Nesse sentido esta moção, será apenas um desabafo no que diz respeito àquilo que deve ser a renovação das mentalidades para os poderes das Assembleias Municipais e não só, também para a entidade das Assembleias Municipais e portanto esse desabafo espero que seja acompanhado por todos os membros da Assembleia, no sentido de que devem-se honrar as Assembleias Municipais com poderes, com a responsabilidade inerente, mas acima de tudo, em benefício daquilo que são os quarenta anos do poder local. O poder local sem Assembleias Municipais, é o maior órgão autárquico, o maior órgão político deste país não faz qualquer tipo de sentido. Em reunião da mesa, decidimos os três trazer este texto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta.-----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Paulo Fernandes, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Tesoureira da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

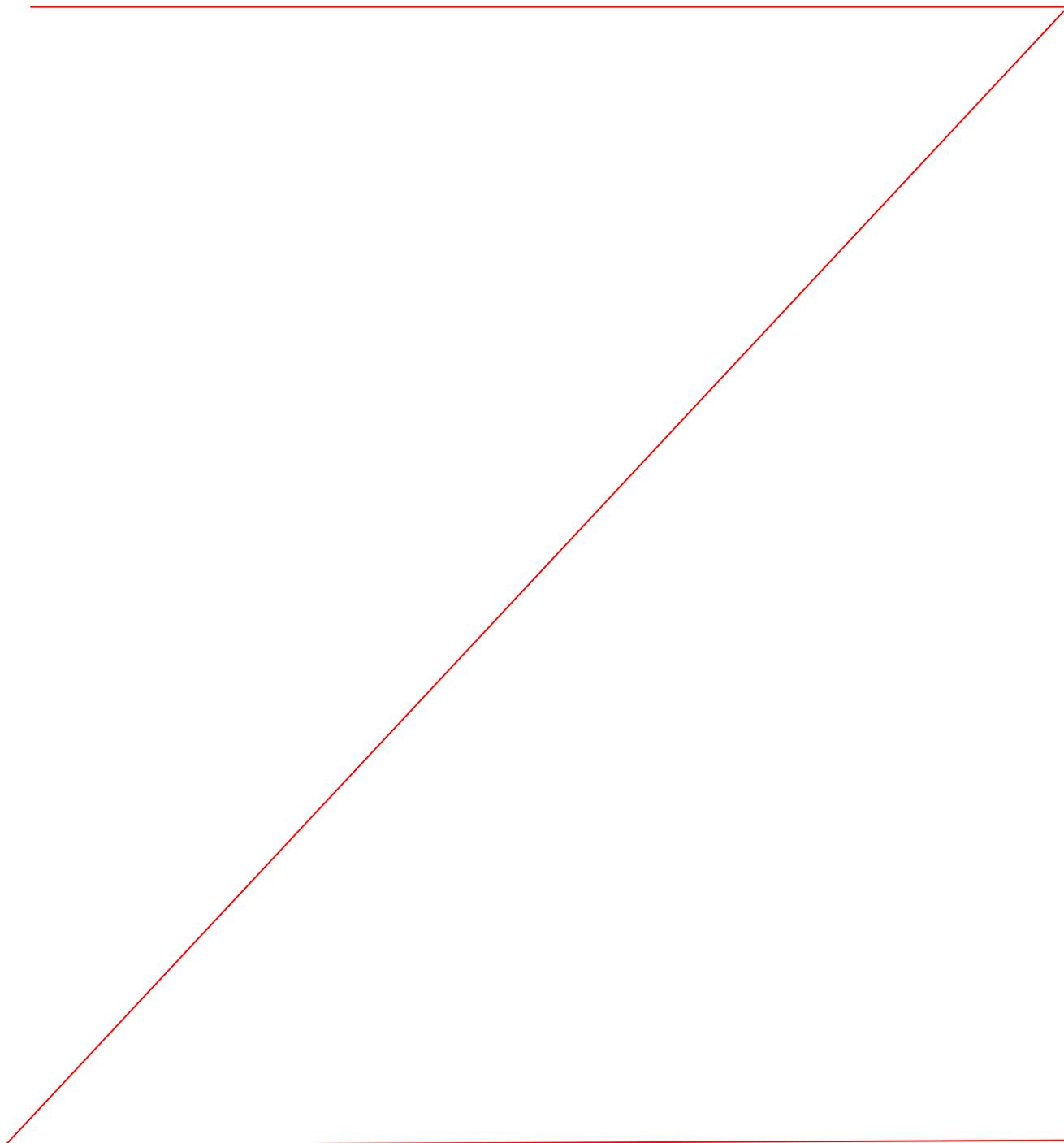
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 13 de junho de 2018 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





Ex.mo Sr.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 6.º da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 13/06/2018, nomeadamente, apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso limitado por prévia qualificação com publicação de anúncio no JOUE para aquisição de serviços de limpeza do complexo das piscinas municipais e de seis pavilhões, em Albufeira, pelo preço bas de 314.000,00€ + IVA, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU vota contra, porque entende que as necessidades permanentes de limpeza e bem-estar da população não devem ser delegados a terceiros, pelo que pode, e esta edilidade assumir essas responsabilidades contratando os recursos humanos para assegurar essa tarefa.

Albufeira, 13/06/2018

O Eleito da C.D.U.

Renat6 J. M. M. Pimenta



Declaração de voto:

A bancada do Partido Socialista solicitou na anterior Assembleia que este ponto da ordem de trabalhos fosse retirado por forma a serem introduzidas alterações, no sentido de melhorar o caderno de encargos e as condições do concurso.

A bancada do PSD recusou, razão pela qual Assembleia Municipal votou contra a proposta apresentada pelo executivo.

Tentou o PSD forçar a aprovação, mesmo reconhecendo que o documento apresentado necessitava de melhorias.

Na sequência dessa deliberação, o PS apresentou, como se havia comprometido, uma proposta de alterações que incluíam diversos pontos, conforme documento anexo a esta declaração de voto.

Apesar de todo este procedimento, o executivo limitou-se a incluir apenas quatro das inúmeras propostas formuladas, o que demonstra uma enorme insensibilidade para com um concurso tão importante para a população de Albufeira.

A intenção do PS sempre foi a de melhorar a proposta apresentada e de permitir que um concurso para uma prestação de serviços de 8 anos se adapte às novas realidades.

Verificamos, no entanto, que este documento se encontra desde logo desactualizado, não incluindo novas realidades como seja a economia circular nem tão pouco a porta a porta, como forma de elevar os índices de reciclagem, para além de muitas outras propostas que teriam com certeza impacto na recolha dos resíduos urbanos.



Estamos assim a aprovar um documento já desactualizado, perdendo a oportunidade de o mesmo se adaptar às novas realidades, tendo em conta o elevado montante, de cerca de 45 milhões de euros, a despende ao longo dos próximos oito anos.

Gostaríamos ainda de evidenciar a absoluta necessidade de uma fiscalização mais eficaz, comparativamente ao que ocorreu no anterior contrato e que levou Albufeira a uma situação degradante em termos de resíduos urbanos e limpeza nos últimos anos. Face ao exposto o Partido Socialista absteve-se nesta votação, por forma a não impedir que os serviços sejam prestados, mas tendo plena consciência quase poderia e deveria ir mais além.

A bancada do Partido Socialista de Albufeira

13 de Junho de 2018

Handwritten signatures of the Socialist Party delegation in Albufeira, including the name "Hugo de Sá" and "Hugo de Sá" written twice.



Análise Crítica ao Procedimento da prestação de serviços de recolha e transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana, no Município de Albufeira

A informação técnica efetua uma análise SWOT onde identifica, como forças a presença de resíduos valorizáveis nos resíduos urbanos (RU) indiferenciados, como oportunidades a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), o aumento da recolha seletiva multimaterial, como Fraquezas a TGR elevada por via da deposição dos resíduos urbanos em aterro, desalinhamento com a estratégia PERSU 2020 e a falta de sensibilização ambiental da população e como ameaças a intervenção da ERSAR e a reclamação de municípios.

Ou seja, a informação que fundamenta o presente procedimento de contratação reconhece a necessidade de adotar uma abordagem estratégica distinta da que se encontra em curso, procurando a alinhar a mesma com o plano estratégico de resíduos urbanos 2020 (PERSU 2020), fomentando o desvio de aterro dos resíduos valorizáveis, através da recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis e da recolha seletiva multimaterial.

Para materializar estes objetivos é proposto a adopção de um procedimento de contratação de contratação "concurso público para a prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana" com um horizonte temporal de 8 anos.

Contudo, é de salientar, que o presente concurso público deveria constituir-se como um instrumento operacional de uma estratégia de gestão de resíduos municipal e não um instrumento estratégico por si próprio. Aliás, a figura do plano municipal de ação está consagrada desde 2006 no regime jurídico da gestão de resíduos, tendo sido adotada por muitos municípios como o instrumento estratégico para a adaptação da estratégia dos municípios com a estratégia de gestão de resíduos prevista no PERSU 2020, por forma a corrigir os desalinhamentos existentes, reconhecidos pelo Município de Albufeira na análise SWOT.

Por ventura, a elaboração deste documento estratégico municipal poderia ser inócuo no período de vigência do anterior contrato de prestação de serviços, pois o elevado período de vigência do contrato, conjugado com o fato de o mesmo não prever alterações aos métodos de recolha e abordagens diferenciadoras que permitissem cumprir as metas existentes no período 2007-2016 (PERSU II) e 2014-2020 (PERSU 2020), poderia inviabilizar a implementação do plano municipal.



Posto isto, para não repetir os problemas gerados e reconhecidos em matéria de estratégia de gestão de resíduos, considera-se que na ausência de um plano de acção municipal para a gestão de resíduos, este é o momento adequado e único possível, pois a abrangência de objeto de contrato e prazo de vigência, bem como, o elevado montante do mesmo, inviabiliza a implementação de medidas adicionais que não estejam previstas no mesmo.

Face ao exposto, considera-se que:

- i) O plano de Sustentabilidade Ambiental deverá ter como critério de avaliação o cumprimento das metas previstas no PAPERSU da Algar e da portaria que estabelece as metas para o Sistema Algar (ou seja, o Algarve) e a própria superação, na medida em que o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos 2030 imporá metas mais exigentes, em particular nos territórios (municípios) onde a presença de resíduos valorizáveis no indiferenciados é elevada (resíduos de embalagem e resíduos urbanos biodegradáveis), como é o caso do Algarve e de Albufeira.
- ii) O plano de Sustentabilidade Ambiental deverá prever a implementação de um projeto piloto de sistema de recolha porta a porta, a implementar, por exemplo, nas áreas de reabilitação urbana aprovadas pelo município e/ou zona residencial unifamiliar (e.g. Associação de Moradores ou outra urbanização semelhante compostas por residentes em número significativo). Este método de recolha é considerado como mais eficaz em matéria de recolha de materiais recicláveis, pelo que os planos estratégicos em vigor e em formulação assinalam a necessidade de implementar este tipo de recolha, em zonas urbanas com as características adequadas para o efeito. Assim, o plano de melhoria do desempenho da recolha seletiva das frações valorizáveis previsto, na página 53 do caderno de encargos, deverá ir mais além das campanhas de sensibilização, implementando novos métodos de recolha (recolha porta a porta). De salientar que este método de recolha está previsto no PAPERSU da Algar como projeto piloto a desenvolver na região no período 2018-2021, através de sinergias a estabelecer entre entidades em baixa e em alta.
- iii) O Plano de Sustentabilidade Ambiental deveria permitir que os concorrentes apresentassem medidas adicionais para além das mencionadas no artigo 80.º que deveria constituir o mínimo. As medidas adicionais seriam avalladas e ponderadas como fator diferenciador em



sede de critérios. Neste âmbito, saliento o interesse em implementar um projeto de compostagem doméstica, através do fornecimento de compostores à população para promover a separação da matéria orgânica dos resíduos indiferenciados. Este projeto não está incluindo no mínimos da prestação de serviço, contudo, considerando a arquitetura do atual plano de sustentabilidade, considero relevante a sua inclusão.

- iv) Sem prejuízo de incluir o projeto piloto recolha porta a porta no artigo 80.º do caderno de encargos deveria existir um artigo próprio para a recolha porta a porta, à semelhança do preconizado no artigo 57.º para a recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB).
- v) No programa de concurso e caderno de encargos não existem menção à avaliação de desempenho da qualidade de serviço efetuada pela ERSAR. Este aspeto afigura-se como significativo, pois o regulador avalia a prestação do serviço através de um conjunto de indicadores, os quais são comparados com valores de referência, traduzindo-se numa escala de avaliação de 3 níveis, qualidade de serviço boa, qualidade de serviço mediana e qualidade de serviço insatisfatória. Assim, nos elementos a apresentar (artigo 13.º do programa de concurso) e no artigo 39.º e 42.º do caderno de encargos deveria existir menção à apresentação de um plano de acção de melhoria dos indicadores de qualidade de serviço, que seria parte integrante da proposta inicial e que seria atualizado anualmente, sendo o adjudicatário responsável por suportar os custos de eventuais medidas adicionais por forma a manter a qualidade de serviço classificada como boa.
- vi) Em matéria de qualidade de serviço, considera-se que a acessibilidade ao serviço deverá atingir na vigência do contrato uma qualidade de serviço boa e não mediana, como a que atualmente se regista. Assim, o adjudicatário terá que suportar os custos desta melhoria, pelo menos para os níveis mínimos desta classificação, que são os 90% de *alojamentos com serviço de recolha indiferenciada a uma distância inferior a 100 m*. Para além da inclusão deste plano de acção no programa de concurso, esta meta de 90% poderia ficar prevista no caderno de encargos no artigo 44.º (equipamentos



- de deposição), pois requererá mais contentores, alteração de localização dos existentes ou alteração dos métodos de recolha
- vii) Ainda no âmbito do artigo 42.º do caderno de encargos (Aumento de áreas ou serviços a realizar) deverá ficar claro que metas impostas pela legislação nacional e demais planos estratégicos, bem como, imposições do regulador em matéria de qualidade de serviço, terão que ser cumpridas pelo adjudicatário sem custos para o município, podendo contudo existir um período de adaptação durante a vigência do contrato (e.g. Conversão das viaturas e respetivos contentores de indiferenciados para viaturas e contentores aptos para a recolha de resíduos biodegradáveis; aumento das viaturas afetas à recolha porta a porta)
- viii) O artigo 57.º do caderno de encargos "Recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB)" deveria prever que durante a vigência do contrato, o adjudicatário terá que elaborar um plano de gestão de RUB, por forma permitir a extensão do projeto piloto ao restantes grandes produtores do concelho e numa fase posterior, mas eventualmente ainda durante a vigência do contrato, em função das metas estabelecidas na legislação e demais planos estratégicos, o alargamento aos produtores domésticos. De salientar, como já supramencionado, esta transição e adaptação de recolha indiferenciada para recolha seletiva de RUB será suportada pelo adjudicatário.
- ix) Para que não existam dificuldades de interpretação do reequilíbrio financeiro do contrato (artigo 10.º do caderno de encargos) e do n.º9 do artigo 42.º do caderno de encargos deverá ser clarificado o mapa de quantidades a que se referem os artigos, ou seja, deverá existir um mapa de quantidades em anexo de fácil leitura.
- x) O n.º 4 do artigo 44º refere que Anexo XII apresenta especificações técnicas, mas nos documentos facultados as mesmas não constam deste anexo
- xi) Os n.º2,3 e 4 do artigo 47.º deviam ser clarificados, pois parece existir contradições entre os mesmos
- xii) O n.º 2 do artigo 55.º prevê a remissão para especificações técnicas em anexo, mas em anexo apenas figuram quantitativos de resíduos produzidos anualmente no concelho de Albufeira
- xiii) No artigo 66.º(pessoal) considera-se que os operacionais (encarregados, motoristas e cantoneiros) deverão ter fluência em português por forma a permitir a comunicação com os munícipes, sempre que for estritamente



necessário tal interação. Caso no momento do recrutamento esta condição não esteja preenchida, deverá o adjudicatário fornecer formação adequada para o efeito.

- xiv) Por fim, salientar que o artigo 70.º deveria aplicar-se a todo o caderno de encargos e não apenas à secção III (Equipamentos).

Ass. de Patrícia José Sousa



Ex.mo Sr,
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal
de
Albufeira

Vem a CDU - Coligação Democrática Unitária, quanto ao ponto 13.º da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Albufeira, convocada para dia 13/06/2018, nomeadamente, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos e limpeza urbana, no município de Albufeira, apresentar:

Declaração de Voto

A CDU entende que as necessidades permanentes relativas à saúde pública e de bem-estar da população não devem ser delegadas a terceiros. Aliás, é de referir que o último exercício da empresa a que foi adjudicada a limpeza do concelho, muito deixou a desejar, pelo que, pode e deve, esta edilidade assumir a responsabilidade da limpeza de todo o concelho, beneficiando assim quem cá vive e quem nos visita.

No que respeita o ponto 5 da ordem de trabalhos, a CDU não só vota contra, como sugere a afectação e/ou contratação dos recursos humanos e materiais necessários para esta nobre tarefa, certos que esta medida será, financeira e socialmente, mais viável e com um resultado mais dignificante para o concelho.

Albufeira, 13/06/2018

O Eleito da C.D.U.


Renato J. M. M. Pimenta